

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Relatório da Administração e as demonstrações financeiras	5 e 7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024	13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos:

Acionistas e Administradores da
EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.
Parnaíba – PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Pedra do Sal S.A. (“Pedra do Sal” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Pedra do Sal S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Piauí, 31 de março de 2026.

Danilo Cioffi da Silva
Contador CRC 1SP-311.457/O-5 "S" - PI

ECOVIS WFA Auditores Independentes -S/S
CRC 2SP-043.111/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Administração da Eólica Pedra do Sal S.A. (“Pedra do Sal” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o relatório da Administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

A Companhia tem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante a exploração do Parque Eólico Pedra do Sal, situado no município de Parnaíba, estado do Piauí.

O parque eólico, em operação comercial desde dezembro de 2008, tem capacidade instalada de 18 MW e capacidade comercial de 5,7 MW médios, totalmente contratada com a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (EMBPAN), antiga Eletrobras, até o ano de 2028, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

2. CONTROLE ACIONÁRIO

A totalidade do capital social da Pedra do Sal pertence à Companhia Energética de Petrolina.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2025, a geração total líquida de Pedra do Sal alcançou 56,8 GWh, 10,2% superior aos 51,5 GWh gerados em 2024. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingiu em 98,6% 2025 e 98,0% 2024.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores	2025	2024	Variações %
Receita líquida de vendas	41.426	37.888	9,3
Lucro bruto	30.021	26.500	13,3
Margem bruta	72,5%	69,9%	2,6 p.p.
EBITDA (Lajida) (i)	32.264	29.256	10,28
Margem EBITDA (Lajida) (ii)	77,9%	77,2%	0,7 p.p.
Resultado financeiro	59	(61)	(196,7)
Lucro líquido do exercício	26.074	22.740	14,7
Margem líquida	62,9%	60,0%	2,9 p.p.

(i) EBITDA (LAJIDA): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização

(ii) Margem EBITDA (LAJIDA): EBITDA/receita líquida de vendas.

5. AGRADECIMENTOS

A Administração da Pedra do Sal agradece a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.545	3.020
Contas a receber de clientes	5	8.214	5.606
Impostos a recuperar	6	80	117
Outros	-	175	595
Total		10.014	9.338
Não circulante			
Impostos a recuperar	6	357	234
Imobilizado líquido	7	27.382	31.312
Total		27.739	31.546
Total do ativo		37.753	40.884

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024****(Em milhares de reais)**

Passivo	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	-	526	1.027
Arrendamentos a pagar	7(c)	761	645
Imposto de renda e contribuição social	-	182	130
Outros passivos	-	326	236
Total		1.795	2.038
Não circulante			
Impostos diferidos	-	141	141
Arrendamentos a pagar	7(c)	997	1.659
Total		1.138	1.800
Patrimônio líquido			
Capital social	10	20.000	27.633
Reservas de lucros	-	14.820	9.413
Total		34.820	37.046
Total do passivo e patrimônio líquido		37.753	40.884

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024****(Em milhares de reais)**

	Nota explicativa	2025	2024
Receita líquida de vendas	11(a)	41.426	37.888
Custos da energia vendida	11(c)	(11.405)	(11.388)
Lucro bruto		30.021	26.500
Despesas administrativas	11(c)	(2.605)	(2.437)
Lucro antes do resultado financeiro		27.416	24.063
Receitas financeiras	11(b)	291	220
Despesas financeiras	11(b)	(232)	(281)
		59	(61)
Lucro antes dos impostos		27.475	24.002
Imposto de renda	8	(910)	(817)
Contribuição social	8	(491)	(445)
Lucro líquido do exercício		26.074	22.740
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,61	0,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	26.074	22.740
Total do resultado abrangente do exercício	<u>26.074</u>	<u>22.740</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de lucros			Total
			Reserva Legal	Lucros a disposição da assembleia	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		27.633	5.527	5.646	-	38.806
Dividendos distribuídos	10(c)	-	-	(5.646)	-	(5.646)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.740	22.740
Destinações:						
Dividendos adicionais distribuídos	10(b)	-	-	-	(13.169)	(13.169)
Dividendos mínimos obrigatórios	10(b)	-	-	-	(5.685)	(5.685)
Lucros a disposição da assembleia	-	-	-	3.886	(3.886)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		27.633	5.527	3.886	-	37.046
Dividendos distribuídos	10(c)	-	-	(3.886)	-	(3.886)
Redução de capital	10(a)	(7.633)	-	-	-	(7.633)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.074	26.074
Destinações:						
Dividendos adicionais distribuídos	10(b)	-	-	-	(10.263)	(10.263)
Dividendos mínimos obrigatórios	10(b)	-	-	-	(6.518)	(6.518)
Lucros a disposição da assembleia	-	-	-	9.293	(9.293)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		20.000	5.527	9.293	-	34.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	-	27.475	24.002
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	7(b)	4.242	4.624
Amortização de arrendamento – direito de uso	7(b)	605	569
Juros sobre arrendamentos financeiros	7(c)	224	279
		<u>32.546</u>	<u>29.474</u>
Variações nos ativos:			
Contas a receber de clientes	-	(2.608)	(283)
Impostos a recuperar	-	(86)	(108)
Outros ativos	-	420	(329)
Variações nos passivos:			
Fornecedores	-	(501)	301
Outros passivos	-	90	(43)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(1.349)	(1.253)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>28.512</u>	<u>27.759</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	7(b)	(917)	(691)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(917)</u>	<u>(691)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	10(a)	(7.633)	-
Pagamentos de arrendamento financeiro	7(c)	(770)	(851)
Pagamentos de dividendos	10(c)	(20.667)	(24.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(29.070)</u>	<u>(25.351)</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalente caixa		<u>(1.475)</u>	<u>1.717</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	3.020	1.303
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	1.545	3.020
(Redução) aumento de caixa e equivalente caixa		<u>(1.475)</u>	<u>1.717</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Pedra do Sal S.A. (“Pedra do Sal” ou “Companhia”), com sede no município de Parnaíba, estado do Piauí (PI), foi constituída em 7 de novembro de 2006, com o objetivo de projetar, construir, implantar, operar e manter a Usina, bem como o respectivo sistema de transmissão associado, comercializar a energia elétrica e desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de seu objeto social.

A Pedra do Sal não tem empregados e sua Administração é realizada pela controladora Companhia Energética de Petrolina (CEP), que cobra pela prestação de serviços e reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

- **Aprovação das demonstrações contábeis**

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.2.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não possuía transações em moeda estrangeira em 2025 e 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

✓ Ativos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

(b) Classificação e mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(c) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

(d) Custo amortizado

Esses ativos são subsequentes mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(e) Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- (i)** Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- (ii)** A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

(f) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e esse evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

(g) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

(i) Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados e quando uma alocação confiável pode ser feita.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(j) Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização. A Administração efetua uma avaliação dos títulos vencidos para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

✓ **Passivos financeiros**

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores, arrendamentos a pagar, adiantamento de clientes, partes relacionadas e dividendos a pagar.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(c) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

As práticas contábeis relacionadas a esses passivos financeiros são as mesmas já mencionadas nas práticas contábeis relacionadas aos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

(d) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(e) Contas a pagar a fornecedores

Inclui obrigações de curto prazo com fornecedores de materiais e serviços da Companhia e para a operacionalização dos geradores de energia.

3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso, conforme mencionado na Nota 3.5.

(e) Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(f) Provisões para demandas judiciais

A Companhia efetua uma avaliação da probabilidade de perda nos seus processos e que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras pelo nível de julgamento requerido e análise pela administração das estimativas.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

(a) Operacionais

A receita de fornecimento é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável todos os riscos e benefícios inerentes à energia forem transferidos para o distribuidor.

(b) Receita de juros

A receita de juros sobre as aplicações financeiras e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou alterações em relação aos estudos realizados em exercícios anteriores.

3.5. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.6. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.7. Tributação

(a) Impostos sobre vendas de energia

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquota
Programa de Integração Social (PIS)	0,65%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	3,00%

As receitas estão apresentadas líquidas desses encargos na demonstração do resultado. Os custos de operação e manutenção estão apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS e COFINS na demonstração do resultado.

(b) Imposto de renda e contribuição social - lucro presumido

A Companhia efetua a apuração do imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12% para cálculo do imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Depois de apurados os valores de acordo com os percentuais de presunção, as demais receitas são adicionadas na base de cálculo.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- (a) Imposto de renda - 15% de imposto de renda sobre o total da base de cálculo e 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 60 trimestralmente ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.
- (b) Contribuição social - sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplica-se a alíquota de 9% para contribuição social.

3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.9. Provisões

(a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos serão requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia esperar que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. As despesas, relativas a qualquer provisão, são apresentadas na demonstração do resultado, líquida do respectivo reembolso, se existir.

3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.11. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

O IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (CPC 26 (R1)) e introduz novos requisitos de apresentação e divulgação, incluindo subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, a classificação de receitas e despesas nas categorias operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, bem como divulgações adicionais sobre medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e critérios de agregação e desagregação das informações. A norma também contempla alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)), que modificam o ponto de partida do método indireto para “lucro ou prejuízo operacional” e eliminam a opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de juros e dividendos. A Companhia está avaliando os impactos da adoção da norma, os quais deverão incluir, entre outros, reclassificações na demonstração do resultado, alterações na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e a inclusão de novas divulgações nas demonstrações financeiras. No Brasil, o IFRS 18 será incorporado por meio do CPC 51, atualmente em discussão pelo CPC, não sendo esperadas alterações substanciais na legislação societária vigente.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

O IASB emitiu alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 que introduzem ajustes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo esclarecimentos sobre a baixa de passivos financeiros, orientação adicional para avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG e similares, esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados, bem como novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). Tais alterações serão incorporadas pelo CPC por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1), são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida apenas para a classificação de ativos financeiros e divulgações relacionadas, e não se espera que tenham impacto material sobre as demonstrações financeiras.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito das Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11, com o objetivo de aprimorar a clareza e a consistência de determinadas normas, incluindo IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, e seus correspondentes pronunciamentos do CPC.

As alterações são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, mediante divulgação. A Administração não espera impactos materiais decorrentes da adoção dessas alterações nas demonstrações financeiras.

Outras normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

Algumas outras normas, alterações, interpretações e orientações contábeis foram emitidas recentemente, porém, não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas já emitidas e que ainda não estão em vigor gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	9	17
Aplicações financeiras ou automáticas	1.536	3.003
Total	1.545	3.020

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações automáticas são remuneradas com base em percentuais que variam entre 2% e 4% ao ano.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Descrição	2025	2024
Contas a receber – Proinfa (i)	4.613	4.351
Ajuste financeiro anual (ii)	3.601	1.255
Total	8.214	5.606

Referem-se a valores vencidos a receber da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (EMBPARG), antiga Eletrobras, pela venda da totalidade da sua energia assegurada através do Proinfa. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento. A Companhia não possui valores em atraso e, tão pouco, espera incorrer em perdas desses ativos financeiros, por esse motivo, não possui provisão para as perdas constituída.

De acordo com os termos do contrato, o faturamento mensal da energia é composto por duas partes: (i) relativa à energia contratada, cuja base é a energia assegurada do parque eólico e; (ii) referente ao ajuste financeiro, que corresponde à diferença entre a energia contratada e a efetivamente gerada pelo parque eólico no ano anterior. Esse ajuste financeiro é apurado ao final de cada ano e compensado com o faturamento mensal correspondente ao ano seguinte, na proporção de 1/12 por mês.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos apresentados no ativo circulante representam as retenções de impostos na fonte que a EMBPAR efetua mensalmente, imposto sobre a renda, contribuição social e PIS e COFINS sobre o faturamento.

Descrição	2025	2024
PIS e COFINS sobre faturamento	412	342
Outros	25	9
Total	437	351
Circulante	80	117
Não Circulante	357	234
Total	437	351

7. IMOBILIZADO LÍQUIDO

(a) Composição

	Taxa média de depreciação %	2025		2024	
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	3,37	2.422	(1.157)	1.265	1.349
Máquinas e equipamentos	4,76	100.174	(75.658)	24.516	27.971
Direito de uso	10,95	4.686	(3.338)	1.348	1.828
Outros	6,25	353	(100)	253	164
Total		107.635	(80.253)	27.382	31.312

(b) Movimentação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Direito de uso	Outros	Total
Saldos 31 de dezembro de 2023	1.359	31.929	2.012	144	35.444
Adições	8	683	385	-	1.076
Baixas	(12)	(5)	-	-	(17)
Transferências	75	(105)	-	30	-
Depreciação	(81)	(4.531)	(569)	(10)	(5.191)
Saldos 31 de dezembro de 2024	1.349	27.971	1.828	164	31.312
Adições	-	1.007	125	-	1.132
Baixas	-	(209)	-	(6)	(215)
Transferências	-	(118)	-	118	-
Depreciação	(84)	(4.135)	(605)	(23)	(4.847)
Saldos 31 de dezembro de 2025	1.265	24.516	1.348	253	27.382

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)****(c) Arrendamento mercantil (direito de uso de imóveis)**

São contratos de arrendamento de imóveis, utilizados na operação da Companhia.

A Companhia apurou às suas taxas de desconto baseada nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Para mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxa de incremento de empréstimo. A taxa média aplicada é de 11,5% ao ano.

A movimentação de saldos dos passivos de arrendamentos é apresentada no quadro abaixo:

Descrição	R\$
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.490
Atualização monetária	386
Juros provisionados	279
Contraprestações pagas	(851)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.304
Atualização monetária	125
Juros provisionados	224
Contraprestações pagas	(895)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.758
Circulante	761
Não circulante	997
Total	1.758

O cronograma de vencimentos é o seguinte:

Maturidade dos contratos	R\$
Vencimento das prestações	
2026	761
2027	847
2028	150
Total dos passivos	1.758

(d) Autorização do órgão regulador:

A Companhia é detentora da autorização para exploração do Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 18 MW, pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 2 de outubro de 2002.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 2025 e 2024, a Administração da Companhia optou por calcular o imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado utilizando o regime de tributação do lucro presumido.

A conciliação dos impostos calculados pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social lançadas no resultado do exercício de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	2025	2024
Imposto de renda		
Receita operacional bruta (Nota 11(a))	42.995	39.323
8% para base de cálculo	3.440	3.146
Receita financeira (Nota 11(b))	291	220
Base de cálculo do imposto de renda	3.731	3.366
Despesa de imposto de renda - 25%	(910)	(817)
Contribuição social		
Receita operacional bruta (Nota 11(a))	42.995	39.323
12% para base de cálculo	5.159	4.719
Receita financeira (Nota 11(b))	291	220
Base de cálculo da contribuição social	5.450	4.939
Despesa de contribuição social - 9%	(491)	(445)

9. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia não possui litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis de perda, portanto em 31 de dezembro de 2025 e 2024 nenhuma provisão para demandas judiciais foi registrada.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$20.000 (R\$27.633 em 2024), totalmente subscrito e integralizado, representado por 42.633.110 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, e todas as ações pertencem à Companhia Energética de Petrolina.

Em 18 de setembro de 2025, a acionista aprovou uma redução de capital social da Companhia, de R\$27.633 para R\$20.000, o que é correspondente a uma redução no valor de R\$7.633, sem diminuição do número de ações.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

(b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia não constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido pois atingiu o limite exigido por lei. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido.

Descrição	2025	2024
Lucro líquido do exercício	26.074	22.740
(-) 5% reserva legal (atingiu o limite de 20% do capital)	-	-
Base dividendos	26.074	22.740
25% de dividendos mínimos obrigatórios	6.518	5.685
Dividendos adicionais distribuídos e pagos	10.263	13.169
Total de dividendos do exercício	16.781	18.854

(c) Dividendos pagos

A Companhia pagou em 2025 um montante total de dividendos de R\$20.667 (R\$24.500 em 2024), sendo que R\$16.781 referente ao resultado de 2025 (R\$18.854 referente ao resultado de 2024), R\$3.886 referente a reserva de lucros de exercícios anteriores (R\$5.646 em 2024 referente a reserva de lucros de exercícios anteriores).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. RESULTADO

(a) Conciliação da receita líquida de vendas

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	42.995	39.323
Deduções da receita operacional		
PIS e COFINS	(1.569)	(1.435)
Receita operacional líquida	<u>41.426</u>	<u>37.888</u>
(b) Resultado financeiro líquido		
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	247	220
Juros sobre tributos recuperados	44	-
Total	<u>291</u>	<u>220</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento financeiro	(224)	(279)
Outras despesas financeiras	(8)	(2)
Total	<u>(232)</u>	<u>(281)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>59</u>	<u>(61)</u>
(c) Despesas e custo de operação e manutenção		
Descrição	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custos de operação e manutenção - O&M	(3.884)	(3.703)
Custos da TUSD	(1.963)	(1.766)
Custos da depreciação	(4.242)	(4.624)
Amortização de arrendamentos	(605)	(569)
Seguros	(310)	(289)
Serviços prestados por terceiros	(2.070)	(2.011)
Outros custos	(936)	(863)
	<u>(14.010)</u>	<u>(13.825)</u>
Custo da energia vendida	(11.405)	(11.388)
Despesas gerais e administrativas	(2.605)	(2.437)
Total	<u>(14.010)</u>	<u>(13.825)</u>

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os valores contábeis aproximam-se do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2025, os principais instrumentos financeiros da Companhia eram:

- Caixa e equivalentes de caixa - pequeno caixa, saldos em contas-correntes e aplicações financeiras com liquidez imediata. O valor de mercado equivale ao contábil;
- Contas a receber - recebíveis oriundos do fornecimento de energia, apresentados ao valor estimado de realização;
- Fornecedores - valores a pagar pela compra de mercadorias e serviços. Encontram-se registrados ao valor estimado de liquidação;
- Adiantamentos de clientes – valor a pagar e encontra-se ao valor de liquidação.

Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

✓ Quadro-resumo dos instrumentos financeiros - ativos e passivos

Descrição	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.545	3.020
Contas a receber de clientes (Nota 5)	8.214	5.606
Fornecedores	526	1.027

A estratégia de gerenciamento dos riscos da Companhia e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos a seguir:

12.2. Riscos

12.2.1. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía operações que impactaram ou possam ser impactadas pelas flutuações cambiais, pois não possui operações em moeda estrangeira.

12.2.2. Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

O risco de taxa de juros decorre da atualização do parcelamento de impostos referenciada à Selic e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

12.2.3. Risco de contas a receber e crédito

A política de fornecimento de energia da Companhia está relacionada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar.

A Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada com os clientes que possuem contratos de leilão.

A Companhia possui volumes contratados adequados com sua capacidade instalada.

A carteira de cliente da Companhia não é diversificada possuindo apenas contrato Proinfa com a EMBPAR, o qual é de longo prazo sem que haja histórico e perspectivas de perdas com esse cliente. Portanto, a Administração da Companhia concluiu que o risco de contas a receber e crédito é reduzido.

12.2.4. Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos, levando em consideração prazos de pagamentos de impostos, impostos parcelados, obrigações e fornecedores.

A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com liquidez em curto prazo, o que fornece margem suficiente para resgates para atendimento das previsões acima mencionadas.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12.2.5. Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, até a emissão das demonstrações financeiras que requeressem a divulgação em notas explicativas.

* * *